Alceu e a Reforma Social — uma coerência

Evaristo de Moraes Filho

1. Enganam-se os que colocam uma linha divisória, estanque, intransponível, entre o Alceu de antes de 1928 e o que veio depois da sua conversão, como se se tratasse de duas vidas culturais inteiramente dissociadas ou opostas entre si. Nem mesmo sob o aspecto espiritual isso é totalmente verdadeiro. Muito menos sob o aspecto de sua filosofia social. Enganam-se também os que separam, por comodismo didático ou metódico, o crítico literário do crítico de idéias, antes e depois de 1928. **Alceu sempre foi um crítico de idéias desde os seus primeiros escritos.** Na sua crítica, anterior à conversão, tratava ele de todas as matérias — filosofia, sociologia, história, direito, antropologia, política, e não somente de literatura em sentido estrito, isto é, de ficção ou de poesia. A diferenciação que se deu — esta sim — foi entre o puro homem de espírito e o pregador religioso, já agora catequista, homem de ação social, devoto, convictamente católico. Agora a causa era outra, voltada para a cristianização, para a catolicização da vida brasileira, porque antes, desde os primeiros ensaios, sempre existiu em Alceu uma certa pregação, uma proposta de reformas, um anseio de fazer mudar.

Desde os primeiros ensaios, ainda anteriores a sua estréia na crítica em 1919, voltou-se Alceu para os problemas brasileiros, revelando-se logo nacionalista, sem nunca deixar de ser universalista. E assim o foi durante toda a sua longa e admirável existência. Ser-lhe-ia bem aplicável a conhecida divisa de Victor Duruy: "Il faut être universel au profit d'une spécialité". Com uma concepção de vida totalista, quer antes, quer depois de 1928, nunca separou Alceu os problemas regionais dos problemas nacionais, nem estes dos problemas universais. Todos fazem parte da mesma essência humana. Depois de 1928, ainda mais se reforça essa sua linha conceptual, colocando-se o homem relativizado e contingente diante do absoluto, diante de Deus. O vir-a-ser da história e da vida passava para um plano inferior, meramente factual, diante do Ser e do Ente, do existencial para o ontológico. Agora, havia uma meta e um ideal eternos, uma explicação, uma origem e um fim extraterrenos.

2. No que diz respeito à **reforma social**, à crítica da sociedade contemporânea, sob o ponto de vista concreto e propriamente humano, o pensamento de Alceu seguiu sempre uma linha reta, sem vacilações nem contradições. Foi sempre um só, unitário, homogêneo e uniforme. O reforço da fé, o auxílio da convicção cristã, aliados à resistência encontrada em seu tempo — que é também o nosso — é que fizeram parecer que se tratava de outra pregação e de outra doutrina, quando sempre foram as mesmas. Quando não se é ouvido, ou quando não se descobre ressonância do que se prega, a advertência então vai subindo de tom, a voz às vezes chega até ao grito, diante dessa persistência ou dessa recrudescência do mal e do erro. Quanto mais escurece e ensurdece o fundo da paisagem, mais se destaca a figura luminosa do viajante que, pela estrada, por palavras e gestos, vai indicando o caminho que deverá salvar a todos os que com ele se encontram na mesma aventura. Não mudou Alceu, as condições sociais é que se mantiveram as mesmas ou se tornaram piores, mais injustas, mais iníquas, menos humanas, mais distantes dos mandamentos cristãos. A nova moldura criava um contraste cada vez mais nítido com o quadro, fazendo parecer que este era outro, quando sempre foi o mesmo.

Alceu sempre quis a reforma social, sempre combateu o individualismo, o egoísmo, a má distribuição dos bens da vida, a irredutível separação entre ricos e pobres como se fosse um dado da natureza ou da biologia. Sempre pregou o advento de uma sociedade melhor, mais justa, mais humana, com a manutenção da propriedade privada, inerente à própria personalidade, mas de livre e real acesso a todos. Sempre pregou a lei moral informando a vida política e a vida familiar. Sempre pregou, enfim, um humanismo social, antiburguês, anticapitalista, antimaterialista, igualmente afastado de qualquer forma de Estado totalitário, de esquerda ou de direita, que anulasse o indivíduo, coaptando-o e o absorvendo. A euforia burguesa ignorava Deus, enquanto o negava a euforia revolucionária. Escrevia Alceu que ambas eram anticristãs, sendo, contudo, mais perigosa para a fé a indiferença e a displicência da sociedade que se deixara entorpecer no culto ao bezerro de ouro. Escrevia em 1931, com uma veemência à Jackson de Figueiredo: "Pretender matar nos espíritos e nas instituições, até à sombra da idéia de Deus, é ainda reconhecer o poder invendível da sua Realidade. Deixar, porém, que morra lentamente nos corações e nas inteligências todo conceito e amor de Deus e do seu Cristo é apenas compará-lo a uma superstição decadente."

3. Esta pequena fala, que vamos realizando, será mais de Alceu do que nossa, tais e tantas serão as referências, entre aspas, de textos seus fundamentais. Afinal, estamos afirmando uma tese, e, por isso mesmo, precisamos comprová-la, além, muito além, de qualquer dúvida razoável.

"Pelo passado nacional" é o título de um artigo seu publicado em dezembro de 1916, quando completava 23 anos de idade. Aí já se encontram o seu nacionalismo, a sua preocupação com as coisas do passado brasileiro e, sobretudo, a sua sensibilidade mística, voltada para a arte religiosa. Contudo, como este não é o tema que vamos tratando, passaremos rapidamente por ele. Com Rodrigo Melo Franco de Andrade, andara Alceu pelas cidades antigas de Minas notadamente Ouro Preto e Diamantina. Lamenta o estado em que se encontram as igrejas e capelas locais abandonadas, depredadas, em ruínas, e, mais do que isso, malrestauradas. Assim começa o artigo, de forma poética: "Venho de um grato colóquio com as coisas do nosso passado. Na retina se me estampam ainda a alvura das capelinhas montanhezas, entre o anil do céu e o verde das frondes, o porte simbólico dos cruzeiros, a pedra corroída dos velhos chafarizes, os muros negros, as árvores ancãs". Numerosas vezes lhe sai da pena, com ternura, a referência a S. Francisco de Assis, a quem dedicaria poucos anos mais tarde algumas de suas melhores páginas, como quando alude aos "atos da vida piedosa desse suave bem-aventurado".

E, já prenunciando o grande ensaísta e crítico que desabrocharia menos de três anos depois: "A missão suprema do brasileiro de hoje é reunir os materiais para preparar um espírito nacional, em todas as manifestações de sua atividade. E para isso é preciso que ao artista, ao jurisconsulto, ao arquiteto, ao político, ao militar, ao industrial, não seduza unicamente a originalidade; "só se tem o direito de ser original sem o querer", disse-o Joaquim Nabuco. A arte, a literatura, o estilo, a organização verdadeiramente nacionais serão uma consequência lógica do nosso meio, do nosso clima, da nossa filiação, das nossas tendências".

Em artigo do ano seguinte, já se refere à "ilusão cientificista" do século XIX, que será uma das aquisições definitivas da sua concepção filosófica. Ainda no ano de 1917, em longo ensaio subsequente, prega um pouco romanticamente a volta ao campo, um êxodo às avessas, pelos males sociais que a atividade urbana e industrial nos pode causar. É bom não esquecer, porém, que também ruralista era a pregação de Alberto Torres, que viria a falecer no ano mesmo do artigo de Alceu, que a ele não se refere (1917). Aparecem aí algumas idéias econômicas e sociais que o acompanharão até o derradeiro dia de vida. Prega a "conjuração no berço (do nosso desenvolvimento econômico) da guerra de classes". E acrescenta, ao fim do período: "O meio prontamente acessível de se chegar a esse resultado parece ser a distribuição mais equitativa das riquezas, evitando a miséria". Isto, que é de 1917, do jovem Alceu de 23 anos, será o mote do Alceu permanente de agosto de 1983.

4. Iniciando-se na crítica literária propriamente dita em **O Jornal**, a partir de junho de 1919, nem por isso deixou Alceu de se ocupar e preocupar-se com os problemas sociais e econômicos, quer no âmbito universal, quer no âmbito nacional. Ingressávamos, como nunca mais se cansaria de dizer, na fase de grande transformação oriunda da Guerra e da Revolução. Acaba ai definitivamente **la belle époque**, o liberalismo descuidado dava o seu adeus como possível forma de organização política da vida social. As terapêuticas que se ofereciam, em sua maioria, eram radicais e violentas. O diagnóstico estava feito, havia que escolher a terapêutica. Alceu, mais uma vez, fazia-se presente e não omitia a sua opinião, a despeito de pertencer, social e economicamente, à classe burguesa.

O seu primeiro artigo de crítica, de 17 de junho, ao contrário do que pensam seus leitores apressados, não é literário em sentido estrito, e sim de política e filosofia social. Prega a "individualidade nacional", dirige-se aos que "amam esta terra e confiam neste povo". Urge, dizia, a concorrência de todas as forças sociais para a obra da cultura entre nós. Higiene e economia eram os caminhos indicados: "Resolvido o problema do saneamento da gente e da terra, estabilizada a ordem econômica, sob os atuais ou outros moldes, a inteligência nasce naturalmente como uma flor necessária e não, como hoje, temporã".

Deve ser lembrado que, à época, estava em moda o problema do saneamento como a salvação do Brasil. Em fins de 1916, começo de 1917, iniciara Belisário Pena uma série de artigos no **Correio da Manhã** debatendo o tema. Em 1918, o mesmo sanitarista dá à publicidade o relatório da pesquisa que realizara, juntamente com Artur Neiva, sobre as péssimas condições de saúde da população nacional. No mesmo ano aparecem **Urupês** e **Problema Nacional**, de Monteiro Lobato, reunindo este último os artigos publicados pela Sociedade Eugênica de São Paulo e Liga Pró-Saneamento do Brasil.

O artigo seguinte, na nova seção de crítica, é dedicado a Lima Barreto, por quem Alceu demonstra grande simpatia, chamando-o de "o mais humano de nossos romancistas, o de mais vasta mirada". "Humorista, caricaturista, com uma visão dolorosa dos males e ridículos sociais", seu personagem (Gonzaga de Sá) manifesta "um amor entranhado pelos humildes e sofredores".

O quarto artigo nada mais é do que uma simpática recensão do **Clarté**, de Henri Barbusse, cuja "frase poderosa, **La révolution, c'est l'ordre**, resume o seu idealismo positivo". Pela piedade, diz, Barbusse chegou à razão, "ao amor pelo homem do povo sofredor, vítima do mecanismo social". E completa: "Sua fé na remodelação social não é utópica. Ele não crê que qualquer regime social possa influir na felicidade — "paraíso íntimo e pessoal" —, mas a "vida equilibrada e cuidada é necessária ao homem para construir a mansão isolada da ventura", para "viver para a paz e o trabalho justo, a doçura do lar, o conforto geral, para os inventos, os acordos, as virtudes". Não é idílico o seu quadro futuro: é justo e razoável".

> *"Os livros se alinham na estante, marcos inúteis e frios do caminho percorrido. Mudamos também de idéias. Mudam por vezes radicalmente as posições em face dos mistérios da vida e da morte. Mas no fundo permanecemos os mesmos."*
>
> *Tristão de Ataíde, 1947.*

Ora, esse é o Alceu de sempre. Mas não vamos prosseguir nesta busca de manifestações econômico-sociais entre os escritos de Alceu anteriores a 1928. Basta destacar um, de 1927. Trata-se da conferência sobre o distributismo, (forma usada por Alceu, aqui repetida), influenciada diretamente por Chesterton, e que causou satisfação a Jackson de Figueiredo. Em carta que lhe endereça, com data de 22 de julho, diz-lhe este: "V. me deu as melhores alegrias destes últimos tempos, e sua conferência está entre elas. Merecia um longo comentário, mas limito-me a dizer que V. poderá dar ao Brasil o que ele mais precisa: uma escola de moderação que nada tem de mediante espiritual, e antes é feito do que há de mais profundo em harmonia com o que há de mais agudo e sutil".

A conferência é longa, levando como epígrafe a frase de Drieu la Rochelle: "Le capitalisme et le communisme sont tous les deux hors de l'Esprit", que dá bem a medida dos seus propósitos. Alceu aventura-se ao tema, propondo soluções econômicas e sociais, porque não quer ser "o idealista homem que olha apenas". O distributismo parte do homem. E esclarece: "Precisamos atingir uma organização social que não mutile o pleno desenvolvimento da personalidade humana, que permita à liberdade individual uma expansão justa"..."A sociedade contemporânea chegou pela acumulação de riqueza em um número cada vez mais restrito de mãos, à supressão daquela liberdade natural do homem e ao obstáculo à expansão normal da personalidade. O distributismo visa justamente a impedir essa acumulação de riqueza, tanto na mão do Estado, como no caso da solução comunista, — como nas mãos dos sindicatos impessoais e intercontinentais, como no caso da solução capitalista moderna. O distributismo, como seu nome o indica, visa à distribuição do que se cristalizou como o tempo, a disseminação das riquezas que se concentraram.

Pode-se dizer, portanto, que o distributismo vem restabelecer a propriedade. A propriedade, não no sentido romano, mas no sentido humano. A propriedade limitada e justa. A propriedade que é uma expansão da personalidade. A propriedade que é o núcleo econômico da família. A propriedade que fornece o único fundamento sólido para a liberdade".

E, mais claro ainda: "A propriedade é um meio e não um fim. E a finalidade exterior que a justifica é justamente esse direito primordial (esse sim, essencial e imanente ao homem) que o distributismo coloca na base de sua reforma econômica — a liberdade. O homem deve ser dono da sua casa, da sua terra, do seu gado, dos seus instrumentos de produção, dos seus livros ou dos aparelhos, de toda essa riqueza justa e produtiva que o cerca de perto, a fim de ser dono de si mesmo. O homem precisa da propriedade para a sua liberdade individual, para a estabilidade de sua família, para ser uma unidade consciente e eficaz na sociedade e não um simples soldado social, uma célula biológica, um elo na cadeia".

Quatro anos mais tarde já depois da conversão, em 1931, confirma Alceu a sua pregação distributista. Oferece, então, o distributismo como solução racional, nacional e cristã. O capitalismo e o socialismo estão errados ambos, por que materialistas. A propriedade, os bens e os serviços devem ser disseminados ou prestados a todas as camadas da sociedade, e não somente a um pequeno número de privilegiados. E isso se obtém pela espiritualização da vida econômica, pela submissão da economia à moral e à religião. Conclui Alceu: "O que a sociologia finalista e o que a doutrina social cristã verdadeira almejam é devem almejar, é reagir categoricamente contra esse espírito dominante de economismo, seja capitalista, seja comunista, que há três séculos corrompe a nossa civilização"..."E quanto aos fatores propriamente econômicos, o que distingue nitidamente a solução distributista, é que se funda na **disseminação intensiva da pequena propriedade**, quer industrial, quer agrícola e comercial. Tanto o capitalismo como o comunismo se fundam na **concentração da propriedade**. Naquele, a concentração em mãos da plutocracia; neste a concentração nas mãos do estado proletário. O distributismo, ao contrário, baseia-se na **disseminação da propriedade**".

Em livro da mesma época, do ano imediato (1932), já em plena ação social católica, o seu programa ainda é mais concreto e nítido. Primeiro a origem do mal. "O proletariado real é a classe operária tal como existe em nossa sociedade, caracterizando-se também pela posição social concreta. E essa posição se distingue, não exclusivamente mas em grande parte, pelos traços opostos aos da burguesia. E portanto pela ausência de propriedade e muito especialmente dos meios de produção, e por um desequilíbrio entre a liberdade política que já possui e a subordinação econômica, a que ainda está sujeita, e em geral pelo afastamento dos postos de orientação e direção política e econômica"..."A situação social do mundo contemporâneo era e ainda é a de uma ordem social existente na maioria das nações em que uma classe, a burguesia, domina geralmente as demais, absorvendo a estabilidade social para si".

Como terapêutica para os males dessa sociedade burguesa, como solução capaz de salvá-la e fazê-la sobreviver, mas sob outra filosofia informativa, vale esta página de Alceu, mais significativa do que qualquer outra àquele tempo, que se antecipa exemplarmente às suas concepções de após-guerra (1946): "De um lado, o restabelecimento de relações íntimas entre o Estado e as classes econômicas, a intervenção do Estado na economia, pela legislação do trabalho, pela regulamentação dos preços, pela limitação da propriedade privada em benefício da coletividade, pelo auxílio às pequenas propriedades, pela nacionalização de certos serviços públicos, pela limitação do urbanismo, pelo estímulo às pequenas cidades, pela obra de assistência social a mais desenvolvida, pelo amparo à iniciativa privada, justa e eficiente; e a participação da economia no Estado, pelos conselhos econômicos, pelos parlamentos profissionais, pelo **grupalismo** intenso, que disemina o mais possível a proliferação de pequenos grupos de que as grandes sociedades nacional e internacional serão apenas a integração. E de outro lado, o restabelecimento das relações íntimas entre o Estado e a Igreja."

No segundo semestre de 1931, escreveu Amoroso Lima uma série de artigos para o jornal paulista **A Razão**, que reuniu em livro aparecido, com edição de Cataguazes, em 1933. Logo no primeiro, de saudação a São Paulo, defende-se da acusação que lhe fizera um repórter de ser burguês, estranhamente ocupado com a purificação social. Não se envergonha de ser burguês, diz, e por isso mesmo alerta a classe burguesa para o seu descaminho, pois há um marxismo latente no fundo da sua filosofia da vida. E é como cristão e como burguês que empreende a sua campanha de salvação dessa sociedade que vai desaparecendo, fruto dos seus próprios erros e de desvios de toda ordem.

Nos anos de 1933 e 1934, procurando influenciar a Assembléia Constituinte que então se reunia, escreve Alceu uma série de artigos indicando os princípios que devem constar da nova Carta. Organizados na Liga Eleitoral Católica, inspiração de D. Leme obtêm os católicos grandes conquistas legislativas no novo texto. Alceu foi o chefe da campanha. Advoga "a reintegração das leis do Estado na realidade da Nação" como solução correta, abandonando "a volta ao regime anterior" e "a transplantação de novas experiências sociais" alienígenas. O Estado individualista falhou. O Estado deve ser ético e corporativo, formando o Poder Legislativo com Câmara mista, Política uma, Corporativa outra, sendo esta última, porém, somente consultiva, embora obrigatoriamente cabendo a deliberação à primeira.

Na ordem econômica, lá estão, de forma limpida e clara, todas as suas pregações de anos anteriores. Merecem transcritas, por mais longas que sejam: "I — A economia é a organização metódica dos bens materiais de um povo, para a satisfação das necessidades humanas. A economia individualista também faliu porque se baseou na livre concorrência e no lucro ilimitado, em vez de se basear na organização racional e na satisfação das necessidades. A economia, portanto, existe para o serviço do ser humano. II — Nestas condições é lícito ao Estado intervir na ordem econômica, pois esta é um dos três elementos fundamentais da organização integral da Nação — não lhe sendo lícito entretanto substituir-se às atividades individuais ou absorver a propriedade particular. III — Essa intervenção do Estado visa à formação da economia nacional corporativa, para, impedindo a concorrência ilimitada, estabelecer estreita colaboração das classes entre si. Visando a este objetivo, deve o Estado decretar leis que: a) considerem o trabalho como elemento essencial de cooperação das empresas econômicas; b) protejam o trabalho, em geral, e especialmente o das mulheres e crianças; c) favoreçam as iniciativas particulares se úteis ao bem comum; d) defendam a moral e a higiene públicas; e) favoreçam as instituições de cooperação, mutualidade, previdência e solidariedade; f) regulem os contratos coletivos, entre empresas econômicas e corporações livres de trabalhadores; g) organizem a magistratura especial do trabalho para dirimir as questões entre o capital e o trabalho; h) regulem os salários de modo a alcançar o salário familiar e os preços, para manter, quanto possível, o preço do mercado como equivalente ao preço justo; i) protejam a maternidade e as famílias numerosas; j) instituam e regulem o seguro social generalizado para todas as classes sem capital; k) regulamentem o repouso hebdomadário coincidindo com o domingo; l) organizem as obras dos lazeres, como consequência necessária à redução das horas de trabalho; m) regulamentem o profissionalismo do trabalho manual; n) criem o serviço de inspeção do trabalho; o) e, como base indispensável de tudo, façam o levantamento preliminar e depois periódico das condições do trabalho nas várias zonas do território nacional. IV — Cabe outrossim ao Estado: tomar medidas no sentido de facilitar a aquisição e defesa da pequena propriedade agrícola, comercial e industrial, decretando leis que fixem, com clareza e simplicidade, o conceito de pequena propriedade; V — Colonizar sistematicamente as terras devolutas do interior por nacionais e estrangeiros; VI — Proteger as pequenas cidades, pela concessão de créditos municipais e outras medidas tendentes a desenvolver o progresso das aglomerações urbanas limitadas; VII — Desenvolver a descentralização industrial, impedindo quanto possível as grandes aglomerações operárias urbanas; VIII — Desenvolver o crédito ao pequeno comércio, à pequena indústria e à pequena lavoura; IX — Nacionalizar, gradativamente, as empresas de energia elétrica, pelo aproveitamento das grandes quedas d'água nacionais, para o fornecimento, por preço mínimo, de luz e de força elétrica às populações do país; X — Amparar o homem nacional determinando que as empresas, companhias e sociedades nacionais e estrangeiras empreguem, nas suas diretorias, e demais quadros profissionais, pelo menos 2/3 de elementos brasileiros".

Muitas dessas medidas, é bem verdade, já se encontravam em vigor entre nós por força da legislação especial promulgada pelo Governo Provisório; outras igualmente já constavam do Anteprojeto da nova Carta enviado à Assembléia Constituinte. Mas todas elas, no entanto, eram de absoluta iniciativa de Alceu, encontradiças em todas as suas pregações, ao longo do seu ideário econômico-social.

5. Não podemos acompanhar o grande brasileiro e líder católico em todas as suas manifestações posteriores, bastando afirmar que, em todas elas, manteve sempre a mesma postura reformista, reconhecendo que a Igreja não está nem à direita, nem à esquerda, está fora e acima dessas posições. Denuncia a miséria, a exploração do homem pelo homem, o espírito burguês meramente econômico, individualista e leigo, e exige melhor qualidade de vida para todos, com participação, senão igual, porque impossível, pelo menos equitativa nos bens da vida.

No seu primeiro grande livro de após-guerra, são retomados e aperfeiçoados os seus pontos-de-vista sempre sustentados. No prefácio, datado de 16 de fevereiro de 1946, lêm-se palavras como estas: "Escrito de um só jato, em quinze dias, não aspira este estudo nem à beleza literária, nem a concisão científica. Será muito um grito de desabafo. São as mesmas coisas que voltam todo o tempo. São os mesmos erros que se condenam a cada passo. São os mesmos remédios que tornam sem cessar. Não há nele novidade alguma. Não há preocupação de outra ordem que não seja ser fiel a um pensamento profundo, a um sentimento irresistível que vem do horizonte de muitos anos já ultrapassados. A obsessão da miséria. A visão das favelas. O contato diário com as mãos calosas, as faces macilentas, os pés descalços, as roupas em pedações, as crianças desnutridas, as multidões madrugadoras, as palhoças enegrecidas, os trens superlotados dos subúrbios, a comida incomível das marmitas, toda a sombra trágica que acompanha, no Rio de nossos dias, o espetáculo de luxo e de grandeza dos arranha-céus que se multiplicam, dos automóveis suntuosos que enchem as ruas, dos teatros e das praias, das jóias e das peles, dos cassinos e dos palaces, de tudo o que o luxo cosmopolita ou nacionalista exibe nas avenidas suntuosas da cidade ou nas ruas tranqüilas dos bairros residenciais favorecidos".

Fiel, como sempre, à sua pregação de reforma social não-revolucionária, sem violência nem intolerância, viaja Alceu para Montevidéu, a fim de participar do Movimento que leva o nome daquela cidade, fundando a organização da Democracia Cristã na América Latina. Estávamos em maio de 1947 e a revista **A Ordem** assumpublicou os seus objetivos: "1. O movimento se funda sobre a doutrina social cristã. 2. O movimento realizará os princípios do humanismo integral. 3. O movimento não terá caráter confessional, dele podendo participar todos os que aceitam estes princípios. 4. O movimento procura a redenção do proletariado, pela libertação crescente dos trabalhadores das cidades e dos campos e seu acesso aos direitos e responsabilidades do poder político, econômico e cultural.

5. O movimento afirma como indispensável ao regime de convivência entre os homens a volta total ao império da ética e do direito e sua expressão institucional na lei. Repele, portanto, toda ditadura, no terreno político, econômico e cultural, bem como toda hipertrofia das funções do Estado. 6. O movimento repele e combate toda promiscuidade do fascismo, sob qualquer forma ou denominação com que se apresente e que aqui designamos por neofascismo. 7. O movimento repele e combate o comunismo, bem como a todo anticomunismo, que encubra qualquer reação antidemocrática. 8. O movimento se empenha pela superação do capitalismo, individualista ou estatal, por meio do humanismo econômico".

Tudo isso já se encontrava nas Encíclicas Papais. Em 1931, na **Quadragésimo Anno**, recomendava o Papa Pio XI, a caridade como o verdadeiro vínculo da perfeição, além e complementar da própria justiça, com a qual não se confunde. Enganam-se, diz Pio XI, os reformadores imprudentes que cuidam somente da justiça comutativa. Não basta extinguir as causas dos conflitos sociais, pois se faz necessário unir os corações e entretecer as vontades. E mais: "Um entendimento verdadeiro entre todos para um mesmo bem comum não poderá, pois, obter-se de outra forma, senão quando todas as partes que compõem a sociedade sintam ser membros comuns duma só grande família e filhos dum mesmo Pai celeste, ainda mais sintam ser um só corpo em Jesus Cristo e membros uns dos outros, de sorte que, se um sofre, todos sofrem com ele".

As Encíclicas mais recentes, de após-guerra, vieram encher ainda mais de alegria o coração de Alceu, confirmando e ampliando doutrinas anteriores da própria Igreja e dele mesmo. Sobre elas escreveu abundantemente, em livros, ensaios e artigos múltiplos, numa pregação entusiástica de verdadeiro apóstolo. Como ele próprio diria em 1973, durante sua vida foi mais do que um simples espectador, mas não chegou nunca à atividade político-partidária. A vida política concreta jamais o atraiu. Permaneceu como "um observador participante. Nem simples espectador na platéia nem ator no palco".

Desde os primeiros escritos de mocidade, como vimos, sempre se revelou Alceu um crítico do seu tempo, um insatisfeito com a sociedade moderna. O seu espírito reformista sempre se fez presente. A partir de 1928, fortalecido pela fé e pelos mandamentos da Igreja, entregou-se com mais ardor à cruzada por dias melhores nas relações entre os homens. Como Jólio Maria, buscou sempre a catolização, a cristianização da sociedade brasileira, corajosamente, além e fora de hipocrisias e farisaísmos. Na sua cidade futura reinarão a justiça, a comunhão e o bem comum. E, afinal, como escreveu ele próprio em 1919, referindo-se a outro grande reformista social: "Não é idílico o seu quadro de futuro: é justo e razoável".

Conferência pronunciada em 2 deste mês na Academia Brasileira de Letras no ciclo do Ciclo de Literatura intitulado "Alceu Amoroso Lima. Vida e Obra".